

## **Articulação local e global das organizações ecumênicas: reflexões em torno da agenda de gênero da fundação luterana de diaconia, koinonia e act alliance**

Recebido em 12/03/2020, aprovado em 15/07/2020

DOI: 10.30612/mvt.v7i12.11212

Tairine Ferreira Pimentel<sup>1</sup>

### **RESUMO:**

Nos últimos anos a questão da igualdade ou justiça de gênero tem se tornado central na agenda das demandas sociais e se introduzido numa grande quantidade de políticas públicas ou programas de organismos internacionais de apoio ao desenvolvimento. Um espaço privilegiado para se perceber esse vínculo entre gênero e religião é o campo ecumênico de ativismo social, uma rede de grupos, organizações e igrejas cristãs, vinculadas entre si de modo complexo, em alguns casos bastante tenso. As ações das entidades a serem pesquisadas demonstram claramente isso, seja em nível dos eixos de atuação, seja da efetiva participação em incidência pública local, nacional e global. Neste artigo, temos como objetivo geral mostrar as conexões local e global das organizações ecumênicas brasileira e a ACT Alliance a partir da agenda de gênero desenvolvidas pela Koinonia -Presença Ecumênica e a Fundação Luterana de Diaconia. Essa investigação torna-se imprescindível na medida em que busca dialogar com a teoria da translocalização religiosa desenvolvida por Joanildo Burity. Para conseguir tais resultados utilizou-se a pesquisa qualitativa, técnicas da pesquisa documental e entrevista semi-estruturada. Foi possível analisar nas instituições estudadas a presença da agenda de gênero precedente à articulação global que essas organizações ecumênicas estão alinhadas.

**Palavras chave:** Justiça de Gênero. Translocalização. Ecumenismo de ativismo social. Organizações ecumênicas.

## **Articulation of local and global economic organizations: reflections around the gender agenda of the lutheran foundation of diaconia, koinonia and act alliance**

### **ABSTRACT:**

In recent years, the issue of gender equality or justice has become central to the agenda of social demands and has been introduced in a large number of public policies or programs of international development support bodies. A privileged space to perceive this link between gender and religion is

<sup>1</sup> Formada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco, mestranda em Sociologia pela mesma universidade. Endereço eletrônico: Tairineferreira@gmail.com.



the ecumenical field of social activism, a network of Christian groups, organizations and churches, linked in a complex way, in some cases quite tense. The actions of the entities to be researched clearly demonstrate this, whether at the level of the lines of action, or the effective participation in local, national and global public incidence. In this article, we have as a general objective to show the local and global connections of the Brazilian ecumenical organizations and the ACT Alliance from the gender agenda developed by Koinonia - Ecumenical Presence and the Lutheran Foundation of Diaconia. This investigation becomes essential as it seeks to dialogue with the theory of religious translocation developed by Joanildo Burity. To achieve such results, qualitative research and techniques of documentary research and semi-structured interview were used. It was possible to analyze in the institutions studied the presence of the gender agenda preceding the global articulation that these ecumenical organizations are aligned with.

**Keywords:** Gender Justice. Translocation. Ecumenism of social activism. Ecumenical organizations.

## **Articulación local y global de organizaciones ecuménicas: reflexiones alrededor de la agenda de género de la fundación luterana de diaconia, koinonia y act alianza**

### **RESUMEN:**

En los últimos años, el tema de la igualdad de género o la justicia se ha convertido en el centro de la agenda de las demandas sociales y se ha introducido en una gran cantidad de políticas públicas o programas de organismos internacionales de apoyo al desarrollo. Un espacio privilegiado para percibir este vínculo entre género y religión es el campo ecuménico del activismo social, una red de grupos, organizaciones e iglesias cristianas, unidas de manera compleja, en algunos casos bastante tensa. Las acciones de las entidades a investigar demuestran claramente esto, ya sea a nivel de las líneas de acción, o la participación efectiva en la incidencia pública local, nacional y global. En este artículo, tenemos como objetivo general mostrar las conexiones locales y globales de las organizaciones ecuménicas brasileñas y la Alianza ACT desde la agenda de género desarrollada por Koinonia - Presencia Ecuménica y la Fundación Luterana de Diaconia. Esta investigación se vuelve esencial ya que busca dialogar con la teoría de la translocación religiosa desarrollada por Joanildo Burity, para lograr tales resultados, se utilizaron investigaciones cualitativas y técnicas de investigación documental y entrevistas semiestructuradas. Fue posible analizar en las instituciones estudiadas la presencia de la agenda de género que precede a la articulación global con la que están alineadas estas organizaciones ecuménicas.

**Palabras clave:** Justicia de género. Translocación. Ecumenismo de activismo social. Organizaciones ecuménicas.

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos a questão da igualdade ou justiça de gênero (FLD, 2014) tem se tornado central na agenda das demandas sociais e se introduzido numa grande quantidade de políticas públicas ou programas de organismos internacionais de apoio ao desenvolvimento. Uma parte significativa dessas ações se dá para além dos movimentos de mulheres e feminista (SOUZA, 2006). Apesar de haver várias frentes em que a atuação desses movimentos se confrontam com organizações e movimentos religiosos (FE BRASIL, 2006), o campo da religião não se mantém à margem das lutas por justiça de gênero (DUARTE, 2018). Este trabalho visa a explorar precisamente esta interface, ainda pouco visível no debate público e nos estudos sobre gênero no Brasil, mas presente em todos os níveis, do global ao local.

Um espaço privilegiado para se perceber esse vínculo entre gênero e religião é o campo ecumênico de ativismo social, uma rede de grupos, organizações e igrejas cristãs, vinculadas entre si de modo complexo, em alguns casos bastante tenso. O movimento ecumênico visa promover dois grandes objetivos, desde sua origem na primeira metade do século XX, profundamente impactada pelas experiências da expansão capitalista colonial dos séculos XVIII e XIX e das duas guerras mundiais: a unidade cristã e a transformação social. Assim, o ecumenismo de ativismo social, desde o século XX, vem atuando no cenário da sociedade civil, na garantia dos direitos e promoção da cidadania (BARRETO, 2010 BURITY, 1989; DIAS, 1998).

No Brasil essa história tem dois momentos originários: o esforço de cooperação entre as igrejas protestantes nos anos 1930 que levou à criação da Confederação Evangélica Brasileira (CEB), e o surgimento do Setor de Responsabilidade Social da Igreja, na CEB, em 1955, diretamente financiado pelo Conselho Mundial de Igrejas (CMI). Exemplo da atuação social do movimento ecumênico, no Brasil, foi o período da ditadura civil militar, quando o movimento teve sua atuação voltada para denunciar, por meio do CMI, Federação Luterana Mundial, Aliança Mundial das Igrejas Reformadas, Conselho Latino-Americano de Igrejas e outras entidades e redes de menor alcance, o que estava ocorrendo no cenário político brasileiro na época, além de dar apoio a presos e refugiados políticos brasileiros, no país e no exterior. Fatos esses que contribuíram para o enfrentamento ao regime autoritário (DIAS, 2014; VILELA, 2015).

Atualmente, o movimento e as organizações ecumênicas atuam na garantia de direitos às minorias sociais, tendo como pautas principais de enfrentamento a temática ambiental (sustentabilidade e mudança climática), justiça de gênero, combate ao racismo e à intolerância religiosa; proteção a minorias étnicas, culturais, sexuais, contudo, essas pautas são inseridas a partir dos anos de 1990, pois historicamente o ecumenismo de ativismo social esteve preocupado com a questão do enfrentamento da pobreza e ajuda humanitária (BURITY, 2018; BRAKEMEIER, 2004; ABUMANSUR, 2010; CÉSAR, 1995).

Durante a última pesquisa realizada para conclusão do curso em licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal de Pernambuco, cujo tema foi: “Religião e Gênero: uma análise da política de justiça de gênero da fundação luterana de diaconia”, algumas questões ficaram para ser exploradas nas pesquisas posteriores. Seguindo as “pistas” apontadas pelo meu campo de pesquisa, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar as conexões local e global das organizações ecumênicas brasileiras e a ACT Alliance a partir da mobilização da agenda de gênero desenvolvidas por Koinonia -Presença Ecumênica e Serviço e Fundação Luterana de Diaconia.

Aqui, dados os limites de um artigo, tentaremos responder a seguinte questão: como as organizações ecumênicas mencionadas articulam a agenda de gênero local com a pauta da ACT ALLIANCE



que é uma instituição ecumênica global? Essa investigação torna-se imprescindível na medida em que busca dialogar com a teoria da translocalização religiosa desenvolvida por Joanildo Burity

No decorrer do texto buscaremos ressaltar as etapas realizadas para obtermos os resultados deste artigo. A fim de expor de forma didática nossa argumentação, buscaremos articular cada seção com coerência lógica, para isso estruturamos o artigo da seguinte maneira: 1. Agenda de Gênero: articulando o local e global nas organizações ecumênicas; Aqui, buscaremos discutir a revisão da literatura do tema proposto e apresentar a agenda de gênero dentro das organizações que foram estudadas. 2. Análise dos resultados, será descrito os procedimentos metodológicos utilizados para coletar os dados que subsidiou essa pesquisa, analisará os dados dialogando com o conceito proposto inicialmente para pesquisa. Nas considerações finais buscaremos refletir sobre os resultados que a partir da pesquisa empírica foi possível alcançar.

### **AGENDA DE GÊNERO: ARTICULANDO O LOCAL E GLOBAL NAS ORGANIZAÇÕES ECUMÊNICAS**

No contexto mais geral sobre a temática percebeu-se que no processo de desenvolvimento da globalização muito se discutiu suas origens, em relação à data específica em que esse fenômeno tem começado, muitos pesquisadores estabeleceram no século XVI, ou seja, ainda no começo da expansão capitalista e da modernidade ocidental (CHESNEAUX, 1989). No entanto, não encontramos consenso sobre esses surgimentos, há, na verdade, uma pluralização de perspectivas sobre o assunto. Outras pessoas que pesquisam o processo da globalização afirmam como ponto central o século XX, apoiadas nas consequências das inovações tecnológicas e comunicacionais conectadas aos mercados em escala mundial. Podemos observar que essas mudanças nos meios tecnológicos e mercantis só conseguem contornos globais quando constituem uma rede de mercados planetários nas comunicações e na movimentação do capital, e se consolidam com o enfraquecimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas — URSS, após o período da guerra fria (ORTIZ, 1997).

Uma das compreensões sobre a globalização que podemos analisar é a justificativa da transformação da compreensão do tempo e espaço, modificando a concepção de distância, atravessando fronteiras e descontextualizando as instituições e práticas sociais. A globalização advinda com a modernidade aflora, deste modo, como um processo de compreensão do tempo e ruína do espaço, isto é, internacionalização do capitalismo, o consumismo e a composição de um mercado global (HARVEY, 1989).

Ao analisar o debate sobre a literatura a respeito da globalização, as teorias não desconsideram as análises que afirmam a exclusão social. Pelo contrário, a globalização é considerada, como um processo dialético entre o global e o local, e a sociedade global como consequência desse processo. Portanto, a globalização não significa, deste modo, o fim do local, enquanto realidade social existente. O que a globalização significa de fato é uma forte e intensa junção do local e do global, filiada a um complexo de transformações da vida cotidiana, que necessariamente afeta as práticas sociais e os modos de comportamentos da sociedade.

Dois estudiosos importantes sobre o assunto que gostaríamos de suscitar são: Roland Robertson e Anthony Giddens. Ambos os autores têm sua maneira peculiar de elaborar o assunto. Para Giddens (1994:19), a globalização é uma consequência da modernidade, isto é, um fenômeno dialético e a relação global-local torna-se uma ocorrência divergente ou mesmo contrárias, criando-se assim um processo de ação e reação. Já Roland Robertson, defende que a globalização envolve a construção de

comunidade e localidade, e ligação globalização-modernidade é interiormente um resultado procesual e temporal. Este autor, por exemplo, utiliza o conceito de local tanto para atribuir localidades materiais quanto para indicar realidades sociais mais amplas.

Adentrando ao campo da religião especificamente, podemos analisar uma transformação importante na forma que os agentes religiosos têm se comportado publicamente, causando notoriedade e expansão da militância na esfera pública transnacional. Esse processo em nível local ou global não é homogêneo, em algumas partes do mundo temos uma atuação de base conservadora ou extremista e em outros contextos encontramos um ativismo social pautado nos Direitos Humanos. No contexto da América Latina dos anos de 1960, a Teologia da Libertação alcançou um papel fundamental na organização política e social de alguns setores da Igreja Católica e dos movimentos sociais, contudo, sua expressão mais radical foi dentro do protestantismo ( BURITY, 1989; 1994a; DIAS, 2014).

Dentro do ecumenismo de ativismo social esse processo de translocalização das pautas políticas não foi indiferente ( Justiça Climática, Étnico-Racial e especificamente Gênero) alcançou visibilidade e articulação em maiores proporções, atingindo vários níveis. Nas organizações ecumênicas há uma explosão de redes ecumênicas que estão alinhadas a partir de uma agenda local e global (BURITY ,20018). Vejamos:

Religião e globalização também se cruzam na América Latina por meio da intrincada rede de conexões, apoios e ação coordenada por parte dos movimentos religiosos politizados dos anos de 1970 (e mesmo antes) a fins de 1980: teologia da libertação, movimento ecumênico e em menor escala o evangelicalismo da “missão integral” (Cunha, 2010; Abumanssur, 2010; Roy, 2010; Míguez et al., 2009; Caldas Filho, 2007). Estes movimentos deram à luz ou fundiram-se a um conjunto de organizações não-governamentais, agências da cooperação internacional, organizações de assessoria popular e entidades vinculadas a movimentos sociais específicos (ecológico, feminista, negro ou indígena, de minorias sexuais, pacifista, alterglobalista etc.). Deu-se uma profunda imbricação a partir da década de 1990, especialmente impulsionada pela conclamação e/ou abertura dos organismos multilaterais ao diálogo com a “sociedade civil” e pelo crescimento das formas globais de resistência à hegemonia neoliberal. Essa imbricação criou uma massa crítica de ação coletiva e redes de organizações e grupos informais de cidadãos e cidadãs de orientação cosmopolita, que se espria do “local” ao “transnacional” e ao “global” em sentidos que a conotação territorial desses termos é insuficiente para captar.

(...) Grandes campanhas globais, como Jubileu, 2000; mobilizações em torno da participação da sociedade civil em mega eventos promovidos pelas Nações Unidas desde a Eco-92 até a Rio +20; diálogos em vários níveis com o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio sobre questões de combate à pobreza, comércio justo, sustentabilidade, ética corporativa e arquitetura financeira global; e mesmo o movimento alterglobalista (e sua face mais conhecida, o Fórum Social Mundial), seriam incompreensíveis sem o concurso dessa minoria religiosa com perfil e história muito diferentes dos pentecostais que hoje galvanizam as atenções (BURITY, 2015, P. 42).

No contexto brasileiro e internacional presenciamos o surgimento da agenda de gênero nas organizações ecumênicas porém a literatura existente ainda é incipiente para dar conta dessa discussão



dentro do campo acadêmico. A resposta ecumênica a tal agenda se deu em dois ritmos: o da participação nessas redes da cooperação internacional para o desenvolvimento e o da sensibilização para o protagonismo das mulheres nas estruturas eclesiais e na vida eclesial local. Em seguida, apresentarei três organizações, duas nacionais e uma internacional que tem buscado articular a agenda de gênero.

A Fundação Luterana de Diaconia é uma organização não governamental vinculada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil — IECLB, sem fins lucrativos, com sede em Porto Alegre. Foi fundada no dia 17 de julho de 2000, por decisão do IECLB, e em 2010 completou 10 anos de exercício, para atender aos grupos socialmente vulneráveis e comunidades empobrecidas, sem discriminação de etnia, gênero, convicção política ou credo religioso. Essa instituição é oriunda do Serviço de Projetos de Desenvolvimento da IECLB e de sua experiência de mais de 34 anos na área de projetos de desenvolvimento comunitário em território brasileiro. Além disso, a FLD tem como missão institucional apoiar e acompanhar programas e projetos de grupos organizados da sociedade civil que consolidam o protagonismo dos indivíduos e suas comunidades, propiciando qualidade de vida, cidadania e justiça social.

Koinonia—Presença Ecumênica e Serviço teve sua fundação após o desmembramento do Centro Ecumênico de Documentação (CEDI), em 1994, cujos antigos membros fundaram a atual instituição. A Koinonia tem atuação nacional, principalmente no estado do Rio de Janeiro e da Bahia, além de parceria internacional. Essa instituição é composta por pessoas de diferentes tradições religiosas, reunidas em associação civil sem fins lucrativos. Atualmente, a Koinonia atua em três eixos de trabalho no contexto de suas ações: 1. Transversal: Ecumenismo, Superação da Intolerância Religiosa e Justiça de Gênero; 2. Temático: Direitos das Mulheres e da População LGBTT; 3. Temático: Direitos das Comunidades Negras Tradicionais.

Estas duas instituições ecumênicas brasileiras por meio de articulações políticas estão internacionalmente associadas à ACT Alliance; a ACT é uma organização global criada a partir da junção de duas grandes redes internacionais do movimento ecumênico que prestava ajuda humanitária e atuava diante das catástrofes globais. Essa agência ecumênica internacional tem proporção gigantesca e atua em 140 países em diferentes temáticas e mobiliza mais de 3 bilhões de dólares por ano para atuar em três grandes áreas: Ajuda Humanitária, Desenvolvimento e Advocacy (BURITY, 2018). ACT Alliance é uma união internacional de mais de 144 igrejas e organizações religiosas que trabalham em conexões em resposta humanitária, na defesa por direitos em mais de 100 países. Dentro do movimento ecumênico significa a maior coalizão de desenvolvimento humanitário protestante e ortodoxo do mundo e, em união, os membros têm uma longa trajetória de promoção da justiça social, direitos humanos e desenvolvimento sustentável.

## ANÁLISE DOS RESULTADOS

A fim de execução prática deste trabalho utilizou-se de métodos e técnicas de coleta de dados qualitativos da pesquisa social, buscou-se a soma de dois métodos qualitativos, foram eles: entrevista semi-estruturada e método documental (CELLARD, 2008; GIL, 1999). Para compreender o discurso institucional sobre a agenda de gênero das instituições aqui pesquisadas, realizei três

entrevistas semi-estruturadas, com duas pessoas da equipe de Koinonia—Presença Ecumênica e Serviço e uma entrevista na Fundação Luterana de Diaconia. O critério da escolha das pessoas se deu mediante o envolvimento e responsabilidade que elas têm dentro das instituições no que diz respeito à agenda de gênero do ponto da execução e coordenação do trabalho. Por meio do método documental analisou-se o documento que institui as Políticas de Justiça de Gênero das instituições.

Esse artigo contou com três entrevistas semi-estruturadas e análise documental. Envolveu a educadora social responsável pela execução da agenda de gênero de Koinonia —Presença Ecumênica e Serviço; a coordenadora da política de gênero também de Koinonia e coordenadora programática da Fundação Luterana de Diaconia —FLD. O objetivo geral da pesquisa foi investigar o ativismo local e global das instituições analisadas, buscando essa conexão mediante a agenda de gênero que essas organizações mobilizam no seu cotidiano institucional.

Buscou-se analisar o ativismo religioso ao nível local e global para compreender o papel do movimento ecumênico na ampliação dos debates em torno da agenda de gênero em contextos religiosos, para dialogar com nosso objeto utilizou-se o conceito de translocalização religiosa desenvolvido por Burity (2015). As entrevistadas na presente investigação foram escolhidas considerando suas respectivas importâncias nas instituições Koinonia e Fundação Luterana de Diaconia em relação à temática de gênero.

A ACT Alliance, organização global que mediante sua agenda de trabalho com a temática de gênero instituiu uma Política de Justiça de Gênero e a partir dessa política mobiliza institucionalmente uma agenda de gênero que dialoga globalmente com os parceiros associados. Ou seja, toda organização filiada à ACT tem o compromisso de criar nas suas instituições uma Política de Justiça de Gênero, contudo, esse processo nunca é uma imposição do global para o local, mas no decorrer das entrevistas percebeu-se que as instituições, antes dessa agenda global, já trabalhavam em projetos locais com a questão de gênero, mas ao associar-se a essa articulação de caráter global elevou sua visibilidade em um cenário internacional.

A Política de Justiça de Gênero da Fundação Luterana de Diaconia foi aprovada em 2014, na Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil e têm como proposta ser um documento normativo e estratégico dentro dessa instituição que tem como missão institucional buscar trabalhar de maneira transversal e interseccional a agenda de gênero nesses espaços. Este documento foi influenciado pelo processo da experiência da Fundação Luterana Mundial, contudo, seu conteúdo foi organizado a partir de um processo interno de reflexão da equipe técnica da instituição. Visando propiciar a realização de relações de gênero justas e igualitárias, considerando nelas um potencial transformador das relações sociais; nesse sentido, busca oportunizar a valorização igualitária de mulheres e homens, gerando acesso, de modo equilibrado, aos espaços de poder e governança da instituição e suas parcerias.

A Política de Justiça de Gênero de Koinonia surgiu na mesma época da outra instituição já citada e é eixo transversal do plano estratégico da instituição válida de 2016 – 2021, tem como objetivo alcançar a equidade de gênero dentro da instituição e promover o debate dentro do movimento ecumênico, e movimentos sociais com os quais a organização tem compromisso, compreende gênero em uma perspectiva que ultrapassa a questão sexual. É importante suscitar aqui a integração dentro dessa política do trabalho com a populações travestis e transsexual<sup>2</sup>. A política é monitorada

2 Durante a gestão municipal em São Paulo do prefeito Fernando Haddad a organização foi convidada para coordenar junto com a prefeitura municipal um programa para atender a população Travestis e Trasseual. Esse



internamente mediante um Núcleo de Articulação Institucional-NAI, que é responsável em realizar formações e sensibilizar no que diz respeito à temática de gênero. Essa comissão de trabalho interna realiza uma reunião por mês para avaliar o andamento da política e propor melhorias<sup>3</sup>.

Na prática das organizações, esses documentos, norteiam a política das mesmas do seguinte modo: formação interna, formação interna de gênero para os membros que compõem as organizações, critérios de equidade de gênero na contratação de novos quadros e todas as pessoas contratadas realizam capacitações sobre a política, projetos externos com mulheres e a população LGBTQIA+ que enquadram-se dentro do perfil, editais públicos para apoiar grupos de mulheres, são atividades realizadas nas instituições a fim de fomentar o debate de gênero na sociedade e principalmente dentro dos espaços religiosos.

Ao analisar o documento sobre a Política de Justiça de Gênero das instituições, pudemos aprofundar nas entrevistas aspectos da temática de gênero dentro das organizações que não foi possível aprofundar apenas pelo método documental.

Maria<sup>4</sup> trabalha como assessora em Koinonia desde 2002, entrou para trabalhar no Programa de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos. A entrevistada relata que a temática de gênero desde essa época já aparecia nos programas que eram executados por trabalhar com as mulheres profissionais do sexo, rurais, quilombolas, evangélicas e de terreiro. Então, o tema sempre aparecia nas reflexões justamente por abordar os aspectos de reconhecimento dessas mulheres como protagonista de direitos.

Eu lembro que quando entrei em 2002, nós tínhamos cinco assessores, eu era a única mulher naquela época, e aí foi melhorando...Francisca entrou, Dulce entrou, então foi mudando a cara, mudando o perfil dessa política de gênero institucional. Então não bastava nós propormos uma reflexão do papel dessa mulher do Quilombo, do terreiro de candomblé, da zona rural ou da mulher que trabalhávamos sobre direitos sexuais, mas era preciso propor qual é o papel dessa mulher dentro da estrutura institucional. ( Maria, Entrevista, 2019).

Nesse sentido, ao perceber a emergência da temática de gênero que os projetos com mulheres quilombolas, mulheres de terreiro, evangélicas, profissionais do sexo e rural, essas demandas exigiam da instituição uma maior especialização na temática de gênero. Neste caso essas demandas possibilitaram os caminhos para construir uma Política de Justiça de Gênero em Koinonia.

Em média esse processo de capacitação durou entre três a quatro anos para a organização construir sua Política de Justiça de Gênero. Nesse processo de construção sobre a temática, a instituição contou com a parceria de uma outra agência para realizar essa formação com a equipe de membros de Koinonia.

Maria ao ser questionada sobre a influência da ACT ALLIANCE na agenda de gênero, afirma que a Política de Justiça de Gênero já tinha uma trajetória dentro de Koinonia, mas essa agenda

---

programa tinha como dimensão estruturante o aumento do nível de escolaridade e possibilita condições de autonomia financeira, por meio da transferência de renda condicionada à execução de atividades relacionadas ao Programa (SILVEIRA, 2017).

<sup>3</sup> Ver a Política de Justiça de Gênero: <https://koinonia.org.br/quem-somos/politica-de-justica-de-genero-de-koinonia>

<sup>4</sup> Como não solicitei permissão para divulgar os nomes de todas as entrevistas, apenas dois, irei utilizar nomes fictícios.

não era institucionalizada como passou a ser após o documento. A instituição no decorrer da sua trajetória sempre buscou realizar projetos com as mulheres da igreja e terreiro, a fim de fomentar o debate sobre os direitos que as mesmas possuem. Vejamos:

Eu arriscaria dizer que foi simultâneo que isso aconteceu. E, quando se forma a ACT a gente já estava com esse documento ou em laboração ou já elaborado, mas aí preciso verificar o tempo. Então, todas as organizações que estão em ACT acabaram organizando também para ter esse documento que formaliza uma posição da instituição, dá uma credibilidade para instituição no sentido do que ela pensa sobre Justiça de Gênero, e aí as coisas foram ampliando e percebendo a necessidade de ampliar o tema (*Maria, Entrevista, 2019*).

Observou-se nas entrevistas que antes mesmo das instituições locais se associarem a uma organização ecumênica global que traz essa exigência de instituir uma agenda de gênero, essas organizações na sua trajetória institucional já tinham uma prática de gênero. Vejamos o que diz Burity:

A questão das complexas relações entre o local eo global, que o conceito de glocalização visa a esclarecer, na verdade impõe um sério questionamento de definições puramente espaciais do fenômeno da religião pública como caso da minoritização do mundo. Não se trata de que “local” e “global” se apliquem a diferentes escalas (isso ainda permitiria serem definidos como pura espacialidade), nem de que se mostrem imbricados em termos de influência mútua e conexões empíricas (o que ainda os manteria conceitualmente distintos e inteligíveis em sua natureza espacial). Antes, requer-se perceber que há um claro processo de produção local do global e projeção global do local, no qual incidem disputas simbólicas e políticas pela correta representação dessas grandezas e dimensões, mas também pelo alcance de reivindicações por autonomia e justiça (BURITY, 2015, P. 52c).

Essa argumentação de Burity sobre uma hermenêutica local do global e virse e versa dialoga com a entrevista de Francisca, onde ela relata que a partir das experiências das organizações parceiras de ACT Alliance na América Latina e Caribe, as mesmas além de construir caminhos para a institucionalização do debate sobre gênero dentro dessa organização global, que fica em Genebra a ACT viabilizarão o financiamento de uma campanhas sobre gênero para trabalhar com os 144 países associados.

Francisca é teóloga e mestre em Ciência da Religião, missionária da Igreja Metodista Unida dos Estados Unidos, trabalha em Koinonia por meio de uma parceria entre Koinonia e a Junta de Ministérios Globais desde de 2007, isto é, faz 13 anos que a entrevistada presta serviço na organização. A mesma foi contratada pela Junta de Ministérios globais para desenvolver o seguinte trabalho em Koinonia: secretária para questões de gênero e questão de justiça racial. Uma das primeiras atividades no início da sua carreira na organização que a entrevistada realizou foi dar continuidade ao processo que já estava acontecendo: seminários, discussões, oficinas para realização da política institucional de Justiça de Gênero. A partir dessas oficinas a mesma ficou responsável em monitorar a Política de Justiça de Gênero, articular nacional e internacionalmente essa agenda.

Em 2017, esse documento institucional passou por algumas revisões e Francisca foi responsável para avaliar esse processo. Como a entrevistada trabalhou no Conselho Mundial de Igrejas em



Genebra, dentro da instituição ela é uma das informantes chave para estabelecer o diálogo internacional com as organizações globais do movimento ecumênico.

Koinonia enquanto membro da ACT Alliance, assim como a Fundação Luterana de Diaconia, sempre buscou participar de maneira mais incisiva da estrutura interna dessa organização global, mediante as assembleias, grupos de trabalhos, grupos conselheiros, os membros de Koinonia estão dentro dessa organização. A articulação de ACT Alliance no Brasil e América Latina a nível nacional e internacional acontece a partir de três dimensões estruturadoras da presença ACT, são elas: Ajuda Humanitária, Desenvolvimento e Incidência Pública.

Analisou-se no decorrer desta pesquisa que esses eixos de ACT Alliance incentiva os trabalhos das organizações ecumênicas no Brasil, contudo, analisamos que essas pautas acontecem de maneira negociada, isto é, o contexto de efetivação desses projetos é modificado a partir das tensões e reivindicações dos sujeitos/s público alvo dessas organizações locais. Assim como o local serve como hermenêutica para pensar as organizações globais (BURITY, 2015).

Entre essa articulação local e global as organizações da América Latina e Caribe conseguiram construir dentro da ACT Alliance uma agenda de gênero nos últimos anos e esse debate tem sido incorporado na organização global de maneira que tem sido construído uma comunidade de prática de gênero e justiça de gênero em ACT Alliance.

Essa comunidade de Prática de Gênero de ACT Alliance na América Latina e no Caribe, é um grupo organizado por pessoas envolvidas nas organizações filiadas à ACT, especialistas em gênero e encarregadas por programas e projetos, que por meio da prática e reflexão sob o olhar de gênero e religião foi orientada para fomentar a capacitação, a produção do conhecimento e a defesa de direitos para auxiliar a justiça de gênero e a Política de Gênero bem como Estratégia Global e Regional da ACT Alliance.

Dada as dimensões territoriais nas quais essas organizações estão inseridas, segundo Francisca, as reuniões dessa comissão de prática e justiça de gênero acontecem virtualmente, porém, em julho de 2019, aconteceu uma reunião presencial com parceiros da América Latina e Caribe e isso possibilitou alinhar as ideias das organizações brasileiras envolvidas e ACT. A comunidade tem representação comunidade dentro da instância de ACT Alliance, em Genebra.

O programa de Gênero é uma instância nova no contexto dos programas de ACT Alliance e foi uma reivindicação das organizações membras dessa organização global. Por maneira de tornar a prática de gênero e justiça de gênero presentes nas ações concretas de ACT, a comissão de prática de gênero tem trabalhado para estimular as instituições membros de ACT Alliance a debater o tema de gênero nas organizações parceiras a criar uma política institucional de justiça de gênero.

Então ACT Alliance tem as linhas de uma campanha de Justiça de Gênero, uma campanha Global de gênero. Então, na medida em que Koinonia se envolve com o FE ACT Brasil<sup>5</sup>, trabalhando com questões do Brasil e América Latina nós

também vamos estar cooperando com as ações que estarão sendo realizadas internacionalmente, digamos assim (Entrevista com Francisca, 2019).

Koinonia participa dessa construção política de gênero de ACT a partir do empenho em destinar seus membros para cooperar nesses debates de gênero. Dentro do campo ecumênico, observou-se

---

5 Fórum Ecumênico brasileiro que corresponde ao um dos fóruns mantido pela ACT Alliance.

que muitas são as organizações que mantêm parceria com ACT Alliance, contudo, nem todas dispõem de vontade política para fortalecer a marca da ACT Alliance no Brasil, por exemplo, quanto menor a organização em termos de recursos e mão de obra, maior sua disposição para estar associada a essa organização global como afirma Burity (2015).

Por meio dos documentos da Fundação Luterana de Diaconia, percebeu-se que antes da Fundação Luterana de Diaconia —FLD, está associada à ACT Alliance já exista, assim como em Koinonia, uma agenda de gênero dentro da organização ecumênica. De acordo com nossas pesquisas no site da instituição, documentos e entrevistas, descobrimos que a FLD, desde 2006, vem desenvolvendo, em parceria com as igrejas, universidades, ONGs, setores públicos, uma iniciativa que trata a temática da violência doméstica<sup>6</sup>.

Nesse mesmo ano, a cidade de Porto Alegre tinha sediado a exposição “Ruas das Rosas”, organizada pela antropóloga alemã Una Hombrecher, com o apoio da agência ecumênica Pão Para o Mundo (*Brot für die Welt*). A proposta inicial tinha uma linguagem europeia. A FLD foi convidada a coordenar essa exposição aqui no Brasil, junto com a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, para apresentarem uma versão brasileira que dialogasse com o contexto local das mulheres. Ficou conhecida como “Nem Tão Doce Lar”, para chamar a atenção ao que acontece muitas vezes em lares familiares: violência doméstica, psicológica e violência infantil.

A exposição ganhou uma marca contextualizada. Os dados de violência foram expostos e imagens de móveis e utensílios de casa compunham a exibição, a fim de chamar à atenção dos visitantes sobre as violências domésticas que acontecem em muitas casas. Em 2012, a FLD lança uma publicação<sup>7</sup> com o propósito de registrar os anos de experiências que obteve com esse trabalho, vejamos:

As primeiras exposições foram organizadas a partir dos esforços de organizações/grupos/comunidades, que cuidavam tanto das atividades preparatórias (definição de local, locação/empréstimo de móveis, montagem da mostra, divulgação), bem como do acolhimento dos/as visitantes. Entre 2006 e 2010, a Nem tão Doce Lar esteve presente em quatro municípios do Rio Grande do Sul (RS) e uma vez em Santa Catarina (SC). Nos anos seguintes, foram realizadas exposições em diferentes datas e em diferentes municípios do Rio Grande do Sul (RS). Entre os locais de realização estão o Mercado Público de Porto Alegre e a estação da Trensurb em São Leopoldo, ambas no RS. Em 2010, a Nem tão Doce Lar finalmente saiu do sul do país, tendo sido montada em Cosmópolis, São Paulo (SP). A partir de 2011, a FLD passou a assumir a Nem tão Doce Lar como uma iniciativa inovadora. De acordo com o Plano Trienal 2011-2013. Estabeleceu-se a parceria com a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), permitindo que uma estrutura móvel da exposição pudesse estar permanentemente disponível para organizações interessadas em realizar a exposição na região da Grande Porto Alegre. Assim, a Nem tão Doce Lar foi montada na própria universidade, no Centro Administrativo Fernando Ferrari e na Câmara de Vereadores de Porto

6 Segundo Carmem, entrevistada da FLD até 2004 a FLD estava mais centrada no apoio a projetos. A execução de projetos começou a partir do mesmo ano e o tema de gênero ainda não era central. Por falta de informações mais precisas no site e nas entrevistas optamos em colocar como início dessa agenda de gênero na instituição a partir do projeto que foi realizado pela FLD em 2006 (Nem Tão Doce Lar) porém, isso não quer dizer que a instituição não refletia sobre essa temática antes, pois o próprio Estatuto da organização quando analisado observa-se que já existia uma preocupação na equidade de gênero já na fundação.

7 Nem Tão Doce Lar.



Alegre. Oficinas para acolhedores/as, que fazem parte da metodologia da exposição, ampliam o número de pessoas capacitadas para organizar a mostra e para acolher e dialogar com os/as visitantes. Também foram introduzidos os cadernos de registro, em que os/as acolhedores são convidados/as a narrar as interações com os/as visitantes no âmbito das histórias de violência, produzindo material que está disponível para estudo e pesquisa. (FLD 2012, p. 10-11).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro da literatura sobre gênero e religião, ainda são incipientes os estudos que abordam a questão de gênero no âmbito das organizações ecumênicas. Colocada a importância do atual contexto político brasileiro em debater a temática de gênero dentro das organizações que atuam no campo religioso em níveis global e local, ela é de fundamental importância para a investigação acadêmica, tendo em vista que existe uma grande literatura sobre o ativismo religioso dos grupos neopentecostais que fazem parte da “bancada evangélica”, porém, ainda é insuficiente o conhecimento sobre a interface do debate de gênero dentro do campo ecumênico que mobilizam a temática de gênero por meio de um ativismo local e global, a fim de promover políticas públicas na sociedade em que estão enraizadas e incidir sobre as agendas internacionais com as quais essas instâncias.

O desenvolvimento dessa investigação possibilitou uma análise de como organizações ecumênicas que participam de redes de articulações de movimentos sociais e ecumênicos articulam a temática de gênero em uma perspectiva translocal, isto é, compreendendo as dinâmicas do debate em níveis local e global.

Uma questão de pesquisa foi elaborada para ser respondida ao longo do trabalho, a saber: como as organizações ecumênicas brasileira articulam a agenda de gênero local com a pauta internacional da ACT Alliance? O presente estudo tinha como objetivo geral compreender as conexões local e global das organizações ecumênicas brasileira e a ACT Alliance tendo como referência a agenda de gênero desenvolvida pelas organizações aqui estudadas. Por meio dos dois métodos adotados, entrevistas semi-estruturadas e análise documental, foi possível alcançar resultados satisfatórios na compreensão dessas dinâmicas que acontecem entre o global e local.

Assim, foi possível analisar nas instituições estudadas a presença da agenda de gênero precedente à articulação global às quais essas organizações ecumênicas estão alinhadas, nesse caso a ACT Alliance, em nível internacional, ou seja, há uma Política de Justiça de Gênero da ACT estabelecida para todas as organizações parceiras, contudo, as dinâmicas locais já pressionavam esta temática e esse associativismo das organizações locais à ACT Alliance não se deu de forma passiva, essas instituições também são importantes na construção dessas agendas internacionais.

Por fim, identificamos que a agenda de gênero surge das necessidades internas e colocadas pelo público alvo dos projetos dessas organizações e a fim de solucionar problemas de desigualdades de gênero dentro das instituições ecumênicas. A partir das articulações em níveis locais e globais em que essas organizações estão inseridas essa temática de gênero tem ajudado a repensar as estruturas internas e externas dessas organizações que dialogam diretamente com grupos religiosos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABUMANSUR, E. S. Ecumenismo na América Latina: entre o mercado e o deserto. **Numen: Revista de estudos e pesquisas da religião**, v. 13, nº1-2, 2010, pp137-150. Disponível em: <https://periodicos.ufff.br/index.php/numen/article/view/21819>. Acesso em: 30 de julho de 2020.

BARRETO, C. Jr. R. O Movimento Ecumênico e o Surgimento da Responsabilidade Social no Protestantismo Brasileiro. **Numen: revista de estudos e pesquisa da religião**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1 - 2, pp. 273-323, 2010.

BRAKEMEIER, G. **Preservando a unidade do espírito no vínculo da paz: um curso de ecumenismo**. São Paulo: ASTE, 2004.

BURITY, J. A. **Os protestantes e a Revolução Brasileira, 1961-1964: a Conferência do Nordeste**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Recife, 1989.

\_\_\_\_\_. Religião e Democratização no Brasil: Reflexões sobre os Anos 80, **Cadernos de Estudos Sociais**, Vol. 10, nº 2, julho-dezembro, 1994a.

\_\_\_\_\_. Minoritização, glocalização e política: para uma pequena teoria da translocalização religiosa, **Cadernos de Estudos Sociais**, vol. 30, nº 2: 31-73, 2015.

\_\_\_\_\_. **Formação, Convencimento e Mobilização: Construção do Povo Nas Instituições e Redes Ecumênicas**. A teoria do discurso na pesquisa em educação/ Alice Casimiro Lopes, Anna Luiza. A. R. Martins de Oliveira, Gustavo Gilson Sousa de Oliveira (Org.). -Recife: Ed. UFPE, 2018. P. 361-402, 2018.

CHESNEAUX, JEAN. *Modernité-monde: Brave modern world*. Collection Cahiers libres, 1989.

CÉSAR, W. Um ecumenismo voltado para o mundo. Esboço para uma história do ecumenismo no Brasil. In: caminhos e descaminhos da unidade Evangélica. **Suplemento Debate**, v.5, n.26, mai - jun, pp. 3-4, 1995.

DUARTE, T. S. **Sobre persistências históricas ou sobre insistentes rebeldias feministas no movimento ecumênico brasileiro**. 316 f.. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

DIAS, Z. M. (Org.) **Memórias Ecumênicas Protestantes – Os protestantes e a Ditadura: colaboração e resistência**. Rio de Janeiro: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, 2014.

\_\_\_\_\_. O movimento ecumênico: história e significado. **Numen: Revista de Estudos e Pesquisas da Religião**. Juiz de Fora, v. 1, n. 1, pp. 127-163, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufff.br/index.php/numen/article/view/21763>. Acesso em: 30 de junho de 2020.

FE BRASIL, **Ecumenismo, direitos humanos e paz: A experiência do Fórum Ecumênico Brasil**, Org. Koinonia, 2006.

FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL. 2014. **Política de Justiça de Gênero**. Genebra: [s.n.], p. 38. Disponível em: <<http://www.luteranos.com.br/textos/missao-mulheres/politica-de-justica-de-genero-federação-luteranamundial>>. Acesso em: Novembro 2018.



\_\_\_\_\_.2012. **Nem tão doce lar:** uma vida sem violência – direito de mulheres e de homens Organizado por Marilu Nörnberg Menezes. – São Leopoldo/Porto Alegre/Genebra: Sinodal/FLD/IECLB/LWF. Acesso em: 26 janeiro. 2019.

\_\_\_\_\_.2014. **Política de Justiça de Gênero.** Porto Alegre: [s.n.].

GIDDENS Anthony. **Modernidade e identidade pessoal.** Oeiras, Celta Editora, 1994.

HARVEY, David. **The condition of postmodernity.** An enquiry into the origin of cultural change. Oxford, Blackwell, 1989.

MA, C. **A Responsabilidade Social e Política dos cristãos:** História e Memória da União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB) Entre as décadas de 1920 e 1960. Dissertação (Mestrado em Ciência da Religião), UFJF, Juiz de Fora, 2009.

ORTIZ, R. Mundialização, cultura e política. In: DOWBOR, L. et alii (orgs.). **Desafios da globalização.** 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1997.

SILVEIRA, Paula Morena. (Orgs.). **Transcidadania:** Práticas e Trajetórias de um Programa Transformador. São Paulo: Koinonia, 2017b.

SOUZA, S. D. (Org.) Gênero e religião no Brasil: ensaios feministas, pp. 135-146. São Paulo: UMESP, 2006.

VILELA, M. A. F. ; Pablo F. de A. PORFÍRIO; A. V. G. G. de BARROS. A trajetória de João Dias de Araújo em tempo de ditadura: do Seminário Presbiteriano do Norte à Justiça do Trabalho, **PARALELLUS**, vol. 6, no. 12, Jan-Jun, pp. 237-250, 2015.